

Inquérito Civil n. 06.2018.00001826-0

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça com atuação na 1ª Promotoria de Justiça de Capinzal, Elias Albino de Medeiros Sobrinho, denominado neste ato como **COMPROMITENTE**, e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)**, pessoa jurídica de direito público interno, constituído pelos Municípios de Capinzal, Ipira, Lacerdópolis, Ouro e Piratuba, inscrito no CNPJ sob o n. 12.341.411/0001-20, com sede na Rua Emília Barison, n. 136, Bairro Santa Teresinha, neste ato representado por seu presidente, Nilvo Dorini, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, com base nas informações constantes nos autos do inquérito civil em epígrafe, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o "Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal (art. 200, inciso V, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o programa de acolhimento institucional reveste-se de natureza provisória e excepcional, devendo proporcionar às crianças e adolescentes atendimento individualizado e preservação dos vínculos comunitários, buscando a reintegração familiar da criança ou do adolescente acolhido, ou, em caso de impossibilidade, a sua colocação em família substituta, devendo atender suas necessidade, inclusive de afeto (artigos 19, *caput*; 92, § 7º, e 101, inciso IV c/c §1º, ambos da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que, em acréscimo à normatização acima citada,

o acolhimento familiar encontra minuciosa disciplina no documento intitulado "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", aprovado pela Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 01, de 18 de junho de 2009, que traça as linhas gerais do funcionamento do aludido programa, especificando, entre outros aspectos, o espaço físico e os recursos materiais mínimos necessários para a sua regular implementação, além da composição da equipe técnica que o executará;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar a estrutura adequada para o atendimento de crianças e adolescentes que foram afastados do convívio familiar na Comarca de Capinzal, que contempla ainda os Municípios de Lacerdópolis, Ouro, Piratuba e Ipira, observados os ditames da Doutrina da Proteção Integral prevista na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que nesta Promotoria de Justiça tramita o Inquérito Civil n. 06.2018.00001826-0, objetivando averiguar deficiência na infraestrutura, bem como a falta de acessibilidade e de documentação necessária para o adequado funcionamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), localizado no Município de Capinzal;

CONSIDERANDO inspeção realizada por este signatário no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), no dia 20.3.2018, na qual se constatou a ausência de documentação necessária para o funcionamento da instituição, como alvarás e registros nos órgãos competentes, bem como a ausência de adaptação física para acesso por pessoas com deficiência na estrutura física do imóvel;

CONSIDERANDO que as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à Autoridade Judiciária (art. 90, § 1º, da Lei n. 8.069/90);

CONSIDERANDO que o CIALAR não possui registro válido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nem no Conselho

Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que para obtenção dos registros é necessário alvará sanitário, o qual o consórcio também não possui;

CONSIDERANDO que, no dia 17.4.2018, o departamento de vigilância sanitária do Município de Capinzal realizou inspeção sanitária no CIALAR e constatou diversas irregularidades quanto à higiene e à infraestrutura do local (págs. 165-166);

CONSIDERANDO que é necessário reformar e ampliar o imóvel, assim como adequá-lo às normas de acessibilidade, para que seja possível a expedição dos alvarás;

CONSIDERANDO que o Presidente do Consórcio solicitou à Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense (AMMOC) a elaboração de projeto de ampliação e de acessibilidade do CIALAR, o qual foi acostado às págs. 225-280 do presente inquérito civil;

CONSIDERANDO que o projeto prevê o prazo de 7 (sete) meses para a conclusão da obra;

RESOLVEM, nos termos da Lei Federal n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e do art. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ, celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, mediante as seguintes cláusulas:

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

CLÁUSULA 1ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a realizar, no prazo de 60 (sessenta dias), processo licitatório para contratação de empresa responsável por realizar a reforma e a ampliação do imóvel sede do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar, nos termos do projeto apresentado pela engenheira Ana Júlia Ungericht de Carvalho;

CLÁUSULA 2ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a executar a obra no prazo máximo de 7 (sete) meses após a assinatura do contrato com a empresa vencedora do certame, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força

maior regularmente comprovada ou o não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, por parte da empresa contratada;

Parágrafo único – Na hipótese de a obra precisar ser paralisada ou não puder ser realizada dentro do prazo máximo estipulado, justificativa escrita deverá ser apresentada ao Ministério Público, que emitirá manifestação sobre sua aceitação;

CLÁUSULA 3ª - O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no prazo de 60 (sessenta) dias após a conclusão da obra, providenciar alvará sanitário do imóvel e realizar o registro do Consórcio no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal de Assistência Social;

DA MULTA COMINATÓRIA

CLÁUSULA 4ª - O descumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas nas cláusulas anteriores ensejará o vencimento antecipado de todas as obrigações pactuadas, bem como sujeitará o Compromissário ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), exigível enquanto perdurar a violação, cujo valor será atualizado de acordo com o índice oficial, desde o dia em que passar o prazo concedido até o efetivo cumprimento integral, sem prejuízo de eventual responsabilização criminal, cível ou administrativa, nos termos das Leis ns. 8.069/90 (ECA) e 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Parágrafo único – Em caso de necessidade de execução das multas acima estipuladas, os valores serão revertidos ao Fundo da Infância e Juventude (FIA) dos respectivos Municípios, em idênticas frações, e deverão ser pagos em valores em espécie mediante Guia de Depósito devidamente identificada;

DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 5ª - O MINISTÉRIO PÚBLICO se compromete a não

adotar qualquer medida judicial de cunho civil e criminal contra o **COMPROMISSÁRIO** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em duas vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Capinzal/SC, 19 de dezembro de 2018.

[assinado eletronicamente]
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Promotor de Justiça

Nilvo Dorini
Presidente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar